

ORGANIZADORES
AMANDA ATHAYDE
MARIA AUGUSTA ROST
ALINE RANGEL
GABRIEL SPILLARI

ARBITRAGEM

TEORIA, PRÁTICA E AMBIENTE REGULADO

2024



Organizado por:
Amanda Athayde
Maria Augusta Rost
Aline Rangel
Gabriel Santana Spillari

Arbitragem: Teoria, Prática e Ambiente Regulado

Volume I (2024)

Universidade de Brasília

Faculdade de Direito

Brasília

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

A664 Arbitragem [recurso eletrônico] : teoria, prática e ambiente regulado / organizado por: Amanda Athayde ... [et al.]. - Brasília : Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, 2024.
134 p. : il.

Inclui bibliografia.
Modo de acesso: World Wide Web.
ISBN 978-85-87999-18-4.

1. Arbitragem. 2. Direito - Estudo e ensino. I. Athayde, Amanda (org.).

CDU 34

Heloiza dos Santos - CRB 1/1913

Sumário

SOBRE OS ORGANIZADORES.....	7
SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES.....	9
APRESENTAÇÃO	13
CONSENSUALISMO E DISPUTE BOARDS: O QUE A EXPERIÊNCIA RECENTE DA ANTT PODE SINALIZAR DE TENDÊNCIA PARA O FUTURO?	18
<i>Amanda Athayde.....</i>	<i>18</i>
<i>Cynthia Ruas.....</i>	<i>18</i>
<i>Maria Augusta Rost.....</i>	<i>18</i>
(I) ARBITRAGEM E PROCEDIMENTO	29
OS DESDOBRAMENTOS ACERCA DA NATUREZA JURÍDICA DA ARBITRAGEM	30
<i>Fernanda Hellen Santana de Mesquita</i>	<i>30</i>
ARBITRAGEM: EVOLUÇÃO DO INSTITUTO MILENAR NA CULTURA BRASILEIRA.....	37
<i>Lucas Araujo de Castro</i>	<i>37</i>
O PRINCÍPIO COMPETÊNCIA-COMPETÊNCIA (KOMPETENZ-KOMPETENZ) EM ARBITRAGEM. UMA INTRODUÇÃO QUANTO A SUA PREVISÃO NO DIREITO BRASILEIRO.....	42
<i>Caio Figueiredo Diniz.....</i>	<i>42</i>
A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ÁRBITRO.....	48
<i>Lyandra Souza de Luccas</i>	<i>48</i>
DO DEVER DE REVELAR AO ÔNUS DE CONHECER: AS DUAS FACES DA CONFIANÇA DEPOSITADA NOS ÁRBITROS	55
<i>Vinicius de Lara Ribas.....</i>	<i>55</i>
PRODUÇÃO DE PROVAS NA ARBITRAGEM	61
<i>Livia Henriques Vasconcelos de Paiva.....</i>	<i>61</i>
A ARBITRAGEM INTERNACIONAL E A AUTONOMIA JURÍDICA DAS TRANSNACIONAIS: PROCESSO ARBITRAL COMO BASE DA AUTONOMIA JURÍDICA DA COMUNIDADE MERCANTIL	69

<i>João Victor Caribé da Costa Carvalho</i>	69
O CONSENTIMENTO NA ARBITRAGEM ENTRE INVESTIDORES E ESTADOS: UMA ANÁLISE DO CASO PYRAMIDS OASIS PROJECT.....	76
<i>Roney Olímpio Barbosa Junior</i>	76
(II) ARBITRAGEM TEMÁTICA.....	86
ARBITRAGEM NO TCU: CONTROLE EXTERNO, EVOLUÇÃO E ADESÃO.	87
<i>Suelen de Lima Rocha</i>	87
O PROBLEMA DA EXTENSÃO DOS EFEITOS DA CONVENÇÃO ARBITRAL: A CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA ESTATUTÁRIA NAS SOCIEDADES ANÔNIMAS	93
<i>Rafaela Krauspenhar</i>	93
CONFIDENCIALIDADE NA ARBITRAGEM.....	98
<i>Ana Livia Nazário da Silva</i>	98
DIREITO NO AGRONEGÓCIO E SUAS LIGAÇÕES COM A ARBITRAGEM	105
<i>André Eduardo Rocha de Oliveira</i>	105
ASPECTOS DA ARBITRAGEM NO AGRONEGÓCIO	111
<i>André Peyneau Curcio</i>	111
ARBITRAGEM EM DISSÍDIOS TRABALHISTAS INDIVIDUAIS	116
<i>Luís Eduardo Barreto Fonseca Tostes Ribeiro</i>	116
ARBITRAGEM E DIREITO DA CONCORRÊNCIA: REFLEXÕES E ESTADO DA ARTE	123
<i>Rafael Luís Müller Santos</i>	123
(III) ARBITRAGEM SETORIAL.....	129
REGIME DE DIREITO PÚBLICO MITIGADO E O CASO PETRA ENERGIA S.A. X ANP: UM ESTUDO CRÍTICO	130
<i>Lucas Jobim Santi</i>	130
ARBITRAGEM NO SETOR ELÉTRICO: A IMPORTÂNCIA DA ARBITRAGEM NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO ÂMBITO DA COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA.....	136
<i>Marcela de Marchi Dias</i>	136

ARBITRAGEM E ANATEL: A APLICAÇÃO DO MÉTODO NO SETOR PÚBLICO DE TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL.....143

Beatriz Carvalho Wolski..... 143

SOBRE OS ORGANIZADORES

Amanda Athayde é Professora Doutora Adjunta de Direito Empresarial na UnB, bem como de Concorrência, Comércio Internacional e Compliance. Consultora no Pinheiro Neto Advogados nas práticas de Concorrência, Compliance e Comércio Internacional. Doutora em Direito Comercial pela USP, Bacharel em Direito pela UFMG e em Administração de Empresas com habilitação em Comércio Exterior pela UNA. Ex-aluna da Université Paris I – Panthéon Sorbonne. É autora e organizadora de livros, autora, também, de diversos artigos acadêmicos e de capítulos de livros na área de Direito Empresarial, Direito da Concorrência, Comércio Internacional, Compliance, Acordos de Leniência, Defesa Comercial e Interesse Público, Anticorrupção. Entre 2019 e abril de 2022, foi Subsecretária de Defesa e Interesse Público (SDCOM) da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério da Economia. Entre 2017 e 2019, foi cedida para atuar como Chefe de Gabinete do Ofício do MPF junto ao CADE. De 2013 a 2017, foi cedida para atuar como Chefe de Gabinete da Superintendência-Geral do CADE e Coordenadora do Programa de Leniência Antitruste. Como Analista de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), atuou em 2013 na fase inicial de negociação de acordos internacionais para cooperação e facilitação de investimentos (ACFIs). Cofundadora da rede Women in Antitrust (WIA). Idealizadora e entrevistadora do podcast Direito Empresarial Café com Leite.

Maria Augusta Rost é Advogada. Sócia Fundadora do escritório Fenelon, Barretto e Rost Advogados. Autora da obra "Arbitragem como Política Pública". Mestre em Direito do Estado pela Universidade de Brasília (2018). Especialização em Regulação e Economia pela FGV (2022). Especialização em Processo Civil nos Tribunais Superiores pelo Centro Universitário de Brasília (2015). Graduada em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (2006). Chefe de Gabinete do Conselheiro Paulo Burnier da Silveira no Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE (2015). Sócia do escritório Justen, Pereira, Oliveira Talamini (2011 - 2015). Assessora Especial do Secretário Executivo do Ministério da Justiça (2010). Assessora do Desembargador José Laurindo no Tribunal de Souza Netto no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (2009). Representante legal no escritório Nabas Legal Consultancy em Londres, Reino Unido (2008 - 2009). Membro do Comitê Brasileiro de Arbitragem: CBAr. Listada como árbitra em diversas Câmaras. Professora de Online Dispute Resolution do Instituto Brasiliense de Direito Público IDP (2022). Professora de Arbitragem do Instituto Brasiliense de

Direito Público IDP (2019). Coordenadora de programa de arbitragem doméstica e internacional na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília UnB (2016 2017). Professora voluntária da disciplina de arbitragem na Universidade de Brasília UnB - enfoque nos procedimentos com a Administração Pública (2024). Membro da rede Womens Leadership Network Program da Universidade de Columbia, NYC.

Aline Rangel é mestranda em Direito pela Universidade de Brasília - PPGD/UnB, pós-graduada em Defesa da Concorrência e Direito Econômico pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - FDRP/USP. É servidora pública no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Gabriel Santana Spillari é estudante de Direito na Universidade de Brasília - UNB. Pós-graduando em Direito Aeronáutico na Faculdade Unyleya. Graduado em nível tecnológico no curso de Gestão de Serviços Jurídicos e Notarias pelo Centro Universitário de Brasília. Pós-graduado em Direito Privado e em Direito Público pelo Instituto Legale. Possui interesse nas áreas de Direito Comercial, Direito Empresarial, Mercado de Capitais, Aviação e Setor Aéreo. Editor-Chefe da Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Aline Rangel é mestranda em Direito pela Universidade de Brasília - PPGD/UnB, pós-graduada em Defesa da Concorrência e Direito Econômico pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - FDRP/USP. É servidora pública no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Amanda Athayde é Professora Doutora Adjunta de Direito Empresarial na UnB, bem como de Concorrência, Comércio Internacional e Compliance. Consultora no Pinheiro Neto Advogados nas práticas de Concorrência, Compliance e Comércio Internacional. Doutora em Direito Comercial pela USP, Bacharel em Direito pela UFMG e em Administração de Empresas com habilitação em Comércio Exterior pela UNA. Ex-aluna da Université Paris I – Panthéon Sorbonne. É autora e organizadora de livros, autora, também, de diversos artigos acadêmicos e de capítulos de livros na área de Direito Empresarial, Direito da Concorrência, Comércio Internacional, Compliance, Acordos de Leniência, Defesa Comercial e Interesse Público, Anticorrupção. Entre 2019 e abril de 2022, foi Subsecretária de Defesa e Interesse Público (SDCOM) da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério da Economia. Entre 2017 e 2019, foi cedida para atuar como Chefe de Gabinete do Ofício do MPF junto ao CADE. De 2013 a 2017, foi cedida para atuar como Chefe de Gabinete da Superintendência-Geral do CADE e Coordenadora do Programa de Leniência Antitruste. Como Analista de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), atuou em 2013 na fase inicial de negociação de acordos internacionais para cooperação e facilitação de investimentos (ACFIs). Cofundadora da rede Women in Antitrust (WIA). Idealizadora e entrevistadora do podcast Direito Empresarial Café com Leite.

Ana Livia Nazário da Silva é graduanda em Direito na Universidade de Brasília.

André Eduardo Rocha de Oliveira é graduando em Direito pela Universidade de Brasília. Atua como estagiário no Escritório Franceschini Oliveira Advogados Associados. Monitor de Teoria Geral do Estado, sob a docência do professor Menelick de Carvalho Netto.

André Peyneau Curcio é graduando em Direito na UnB e estagiário de Comércio Exterior no escritório Barral, Parente e Pinheiro Advogados.

Beatriz Carvalho Wolski é graduanda em Direito pela Universidade de Brasília.

Caio Figueiredo Diniz é natural de Belo Horizonte, Minas Gerais. Graduando em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Com mobilidade acadêmica ANDIFES na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

Cynthia Ruas é Especialista em Regulação da ANTT - Direito, desde 2013. Atualmente, é Chefe de Gabinete e Superintendente Substituta da Superintendência de Concessão da Infraestrutura. Já ocupou cargos na ANTT de Coordenadora Substituta de Defesa da Concorrência, Coordenadora de Relações Internacionais, Gerente de Relacionamento Internacional e com o Mercado, Gerente de Regulação Aplicada e Superintendente Executiva Interina. Anteriormente, teve experiências profissionais em direito da concorrência no CADE e no Trench Rossi Watanabe, com ênfase em carteis e leniências. É advogada e detém pós-graduação em Direito do Estado e MBA em Economia Comportamental.

Fernanda Hellen Santana de Mesquita é graduanda em Direito na Universidade de Brasília.

Gabriel Santana Spillari é estudante de Direito na Universidade de Brasília - UNB. Pós-graduando em Direito Aeronáutico na Faculdade Unyleya. Graduado em nível tecnológico no curso de Gestão de Serviços Jurídicos e Notarias pelo Centro Universitário de Brasília. Pós-graduado em Direito Privado e em Direito Público pelo Instituto Legale. Possui interesse nas áreas de Direito Comercial, Direito Empresarial, Mercado de Capitais, Aviação e Setor Aéreo. Editor-Chefe da Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília.

João Victor Caribé da Costa Carvalho é graduando em Direito na Universidade de Brasília e estagia no 13º gabinete, do Desembargador Federal Eduardo Martins, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Livia Henriques Vasconcelos de Paiva é graduanda em Direito na Universidade de Brasília.

Lucas Araujo de Castro é aluno da graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Membro do grupo de estudos de direito empresarial e arbitragem da UnB.

Lucas Jobim Santi é aluno da graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Estagiário no Santiago Meneses & Oliveira Advocacia.

Luís Eduardo Barreto Fonseca Tostes Ribeiro é graduando em Direito na Universidade de Brasília.

Lyandra Souza de Luccas é graduanda em Direito na Universidade de Brasília.

Marcela de Marchi Dias é estudante da Graduação de Direito da UnB e cursa o 5º semestre. Estagia atualmente na Assessoria da Diretoria (ASD) da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Maria Augusta Rost é Advogada. Sócia Fundadora do escritório Fenelon, Barretto e Rost Advogados. Autora da obra "Arbitragem como Política Pública". Mestre em Direito do Estado pela Universidade de Brasília (2018). Especialização em Regulação e Economia pela FGV (2022). Especialização em Processo Civil nos Tribunais Superiores pelo Centro Universitário de Brasília (2015). Graduada em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (2006). Chefe de Gabinete do Conselheiro Paulo Burnier da Silveira no Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE (2015). Sócia do escritório Justen, Pereira, Oliveira Talamini (2011 - 2015). Assessora Especial do Secretário Executivo do Ministério da Justiça (2010). Assessora do Desembargador José Laurindo no Tribunal de Souza Netto no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (2009). Representante legal no escritório Nabas Legal Consultancy em Londres, Reino Unido (2008 - 2009). Membro do Comitê Brasileiro de Arbitragem: CBAr. Listada como árbitra em diversas Câmaras. Professora de Online Dispute Resolution do Instituto Brasiliense de Direito Público IDP (2022). Professora de Arbitragem do Instituto Brasiliense de Direito Público IDP (2019). Coordenadora de programa de arbitragem doméstica e internacional na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília UnB (2016 2017). Professora voluntária da disciplina de arbitragem na Universidade de Brasília UnB - enfoque nos procedimentos com a Administração Pública (2024). Membro da rede Womens Leadership Network Program da Universidade de Columbia, NYC.

Rafael Luís Müller Santos é graduando em Direito na Universidade de Brasília.

Rafaela Krauspenhar é graduanda em Direito na Universidade de Brasília.

Roney Olímpio Barbosa Júnior é graduando em Direito na Universidade de Brasília.

Suelen de Lima Rocha é graduanda em Direito na Universidade de Brasília.

Vinicius de Lara Ribas é estudante de Direito na Universidade de Brasília. Sociólogo e Cientista Político, Mestre em Ciência Política e Doutor em Ciência Política pela

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com a tese “Dinâmicas e Formatos dos Sistemas Partidários Estaduais Brasileiros (1982-2018)”, defendida em 2020. É Coordenador-Geral da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, desde 2023. E-mail: viniciusdelaribas@gmail.com.

APRESENTAÇÃO

Amanda Athayde

Maria Augusta Rost

Aline Rangel

Gabriel Santana Spillari

A arbitragem tem se consolidado como um dos principais mecanismos de resolução de conflitos, destacando-se, pelo menos em teoria, por sua eficiência, celeridade e especialização. Em um cenário globalizado, onde as disputas comerciais se tornam cada vez mais complexas, o aprofundamento no estudo da arbitragem fortalece a confiança nesse método alternativo, que desempenha um papel crucial na promoção da justiça e na redução da sobrecarga do Poder Judiciário. Em descompasso com sua crescente importância, os cursos de graduação em Direito no Brasil tipicamente ainda não contam com uma disciplina específica para tratar desse assunto.

É nesse contexto de busca por suprir uma lacuna na formação jurídica dos alunos na Universidade de Brasília (UnB) que se insere a oferta da disciplina de graduação Prática e Atualização do Direito “Arbitragem: Teoria, prática e ambiente regulado”, ministrada no primeiro semestre de 2024, pelas Professoras Amanda Athayde e Maria Augusta Rost, com suporte dos monitores Aline Rangel e Gabriel Santana Spillari. Ao final do curso, os discentes apresentaram artigos sobre temas relacionados ao conteúdo apresentado ao longo do semestre e, aqueles selecionados, passaram a integrar a presente coletânea.

Esta coletânea seguirá a estrutura da disciplina ofertada na UnB, dividida em três eixos principais: Arbitragem e Procedimento, Arbitragem Temática e Arbitragem Setorial.

(I) Arbitragem e Procedimento

A parte I da disciplina Prática e Atualização do Direito “Arbitragem: Teoria, prática e ambiente regulado”, ministrada pelas Professoras Amanda Athayde e Maria Augusta Rost, teve por objetivo apresentar e discutir Arbitragem e Procedimento. Para cada assunto, foram convidados professores com ampla bagagem teórica e prática para expor os temas e fomentar as discussões. As três aulas iniciais foram conduzidas pelas

professoras Amanda Athayde e Maria Augusta Rost. De início, foram abordados os meios adequados de resolução de disputas, o sistema multiportas, os aspectos gerais sobre a Lei de Arbitragem brasileira e a diferença entre arbitragem institucional e ad hoc. Foi também abordado o tema "Arbitrabilidade subjetiva e objetiva", explorando quem pode se submeter ao procedimento arbitral e o que pode ser apreciado em uma arbitragem. A discussão incluiu o estudo do Caso Lage. Relacionados aos temas gerais, destacam-se os artigos "Os Desdobramentos Acerca da Natureza Jurídica da Arbitragem" de Fernanda Hellen Santana de Mesquita e "Arbitragem: Evolução do Instituto Milenar na Cultura Brasileira" de Lucas Araujo de Castro, que explora a história e a relevância crescente da arbitragem no Brasil.

Em 3 de abril, a convidada Eleonora Coelho apresentou o tema “Convenção de arbitragem”, explorando tópicos como cláusula compromissória e compromisso arbitral, princípio kompetenz-kompetenz, cláusulas escalonadas, cláusulas cheias e vazias. O artigo “O princípio competência-competência (Kompetenz-Kompetenz) em Arbitragem: Uma introdução quanto a sua previsão no Direito Brasileiro” de Caio Figueiredo Diniz abordou um dos aspectos apresentados em aula. Em 8 de abril, Juliana Botini abordou o tema “Lei aplicável à convenção de arbitragem”, discutiu a lei aplicável ao mérito, a extensão da convenção de arbitragem a não-signatários, além de estudo de casos relativos à extensão da convenção de arbitragem. Em 10 de abril, Elis Wendpap discorreu sobre a figura do árbitro, abordando atribuições, poderes, deveres e direitos. Foram apresentadas questões relacionadas ao tribunal arbitral, a regulamentos institucionais, a listas de árbitros e a métodos de composição. Na temática da aula, foram abordados estudos de caso Abengoa e Paper Excellence. O artigo "A Responsabilidade Civil do Árbitro" por Lyandra Souza de Luccas aborda a natureza dual da arbitragem, que, apesar de ser guiada pela autonomia das partes e baseada em uma relação contratual, também impõe aos árbitros deveres típicos dos juízes estatais. O artigo “Do Dever De Revelar Ao Ônus De Conhecer: As Duas Faces Da Confiança Depositada Nos Árbitros” de Vinicius de Lara Ribas aborda o dever de revelação dos árbitros e o ônus das partes de conhecer os árbitros na arbitragem.

Em 15 de abril, Renato Grion apresentou o tema do devido processo legal arbitral. Discutiu os tópicos procedimento arbitral, pedido de instauração, resposta do requerido, termo de arbitragem, calendário e produção de provas. Em 22 de abril, Aline Dias apresentou a temática da produção de provas no procedimento arbitral. O artigo

"Produção de Provas na Arbitragem" de Livia Henriques Vasconcelos de Paiva aborda a importância crucial da produção de provas no processo arbitral. Em 24 de abril, Flávia Bittar deu continuidade ao estudo do procedimento arbitral, desenvolvendo discussões sobre tutela provisória e medidas antiarbitragem. Também se refletiu sobre o tema "Arbitragem e o Poder Judiciário", destacando os mecanismos de controle e apoio à arbitragem, com a análise do estudo de caso Renova.

Em 6 de maio, Gilberto Giusti expôs o tema "Sentença arbitral parcial e final". Nessa aula, foram abordados tópicos sobre pedido de esclarecimento, cumprimento de sentença arbitral e impugnação, ação anulatória de sentença arbitral e o estudo de caso Compagás vs Carioca Passarelli. Para encerrar a Parte I, em 8 de maio, Natalia Lamas apresentou a aula "Peculiaridades das Arbitragens Internacionais", discutindo lei aplicável, árbitros, sede, homologação de sentenças arbitrais. O artigo "A Arbitragem Internacional e a autonomia jurídica das Transnacionais: Processo Arbitral como base da autonomia jurídica da Comunidade Mercantil" de João Victor Caribé da Costa Carvalho explora como a arbitragem internacional tem sido fundamental para a autonomia jurídica das empresas transnacionais em um mundo globalizado. O artigo "O Consentimento na Arbitragem entre Investidores e Estados: Uma Análise do Caso Pyramids Oasis Project" de Roney Olímpio Barbosa Junior explora o papel do consentimento estatal na arbitragem internacional de investimentos, destacando o caso Pyramids Oasis Project, que envolveu a Southern Pacific Properties e o governo egípcio.

(II) Arbitragem Temática

A parte II da disciplina da disciplina Prática e Atualização do Direito "Arbitragem: Teoria, prática e ambiente regulado", ministrada pelas Professoras Amanda Athayde e Maria Augusta Rost, ocupou-se da Arbitragem Temática. Inaugurando o eixo, em 15 de maio, Cesar Pereira apresentou a aula temática "Arbitragem com a Administração Pública. A jurisprudência dos Tribunais de Contas." Nessa temática, o artigo "Arbitragem No TCU: Controle Externo, Evolução E Adesão" de Suelen de Lima Rocha analisa o uso da arbitragem na administração pública brasileira, destacando sua evolução no Tribunal de Contas da União (TCU).

Em 20 de maio, Guilherme Setogutti apresentou "Arbitragem no direito societário, recuperação judicial e falência". O artigo "O Problema Da Extensão Dos Efeitos Da

Convenção Arbitral: A Cláusula Compromissória Estatutária Nas Sociedades Anônima” de Rafaela Krauspenhar aborda a cláusula compromissória estatutária nas sociedades anônimas, que permite a resolução de litígios societários por meio da arbitragem, destacando sua inclusão no estatuto social e a vinculação dos acionistas a essa cláusula. O artigo “Confidencialidade na Arbitragem” de Ana Livia Nazário da Silva explora a confidencialidade na arbitragem, destacando sua relevância e controvérsias no contexto societário brasileiro.

Em 22 de maio, Thiago Nunes Marinho apresentou “Arbitragem no agronegócio”. Os temas discutidos deram origem a dois artigos da coletânea: o artigo "Direito no Agronegócio e Suas Ligações com a Arbitragem" de André Eduardo Rocha de Oliveira e o artigo "Aspectos da Arbitragem no Agronegócio" de André Peyneau Curcio. Ainda sobre arbitragem temática, insere-se o artigo “Arbitragem Em Dissídios Trabalhistas Individuais” de Luís Eduardo Barreto Fonseca Tostes Ribeiro, que explora a aplicação da arbitragem em dissídios trabalhistas individuais após a inserção do artigo 507-A na CLT. O artigo “Arbitragem E Direito Da Concorrência: Reflexões E Estado Da Arte” de Rafael Luís Müller Santos explora a relação entre a arbitragem e o Direito da Concorrência, destacando a possibilidade de utilização da arbitragem para resolver questões econômicas e contratuais no âmbito do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

(III) Arbitragem Setorial

A parte III da disciplina Prática e Atualização do Direito “Arbitragem: Teoria, prática e ambiente regulado”, ministrada pelas Professoras Amanda Athayde e Maria Augusta Rost, foi conduzida na forma de seminários, visando discutir tópicos de Arbitragem Setorial. Os seminários foram realizados presencialmente em Brasília-DF, abertos ao público em geral e contaram com dois palestrantes por tema.

O seminário inaugural, realizado em 3 de junho, foi ministrado por Clarissa Macéa e Jonas Rodrigues e tratou da arbitragem no setor de óleo e gás. Na ocasião, foi discutido o Caso Petra São Francisco. No mesmo sentido, o artigo "Regime de Direito Público Mitigado e o Caso Petra Energia S.A. X ANP: Um Estudo Crítico” de Lucas Jobim Santi analisa o litígio entre a Petra Energia e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), julgado pela Corte Internacional de Arbitragem.

Em 5 de junho, Priscilla Cunha e Rafael Wallach Schwind trataram sobre arbitragem no setor portuário, ocasião em que se discutiu ainda o Caso Libra. Em 10 de junho, os palestrantes Carolina Sabóia e Ricardo Barretto trataram sobre Arbitragem no setor de rodovias, abordando o Caso ViaBahia e Rota do Oeste. Em 12 de junho, Laura Ghitti e Raul Lisboa apresentaram o seminário “Arbitragem no setor de energia”, no qual foram tratados dos Casos Proteus e Transnorte Energia. Nessa temática, o artigo "Arbitragem no Setor Elétrico: A Importância da Arbitragem na Resolução de Conflitos no Âmbito da Comercialização de Energia" de Marcela de Marchi Dias explora o papel crescente da arbitragem no setor elétrico brasileiro, particularmente no contexto da comercialização de energia.

Em 17 de junho, Ane Elisa Perez e Flávio Bianchi trataram sobre arbitragem no setor de telecomunicações. Alguns dos casos abordados foram Caso Telefônica, Caso OI e Caso Claro. O artigo "Arbitragem e Anatel: A Aplicação do Método no Setor Público de Telecomunicações no Brasil" de Beatriz Carvalho Wolski examina o uso da arbitragem como método de resolução de conflitos no setor de telecomunicações, especialmente no contexto dos contratos de concessão de telefonia fixa no Brasil. Finalizando o semestre, em 19 de junho, os convidados Ricardo Fenelon e Gustavo Albuquerque trataram sobre arbitragem no setor de aeroportos, incluindo a discussão sobre o caso Viracopos.

Esta coletânea não apenas reflete o conteúdo da disciplina, mas também representa o compromisso acadêmico dos alunos em aprofundar suas pesquisas sobre temas contemporâneos da arbitragem. Os artigos selecionados revelam uma variedade de abordagens e perspectivas sobre as diferentes aplicações da arbitragem, tanto no âmbito doméstico quanto internacional. Espera-se que esta obra inspire novos debates e contribua para a formação de futuros profissionais do Direito, aptos a navegar pelo dinâmico e complexo mundo da arbitragem.